

Rolim
Goulart
Cardoso **30**
anos

Boletim Energia:

*Regulação e
Sustentabilidade*

Fevereiro de 2024

Responsáveis:

Bernardo Ferreira
Caio José de Oliveira Alves
Carolina Figueiredo Germano
Elise Calixto Hale Crystal
Flávia Sarmanho Marques
Helena Marinho Ketzer Yacoub
Maria João Pereira Rolim
Vitor Sarmiento de Mello
Vivian Marcondes Oliveira

Boletim Energia:

Regulação e Sustentabilidade

Fevereiro de 2024

O *Time de Energia* do **Rolim Goulart Cardoso** divulga o boletim mensal de temas que foram destaques do mês anterior no setor elétrico brasileiro, ou que tenham relevância normativa ou jurisprudencial, trazendo comentários de nossos profissionais e compartilhando reflexões acerca de potenciais impactos econômicos, sociais e ambientais.

Os temas serão comentados sempre nas seguintes etapas:

- 1 - Legislação e Regulamentação Setoriais;
- 2 - Procedimentos de Participação Pública;
- 3 - Decisões da Aneel e do TCU;
- 4 - Notícias;
- 5 - Informes Regulatórios.

Boa leitura.





1 Legislação e Regulamentação Setoriais

Resolução Normativa Aneel nº 1.083/2024

Em 5 de fevereiro, foi publicada a Resolução Normativa (REN) nº 1.083/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), aprovando a versão 4.2 do Submódulo 9.1, a versão 4.2 do Submódulo 9.2 e a versão 2.1 do Submódulo 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret) – constantes dos Anexos I a III da REN. A resolução também determinou que a aprovação do Relatório de Avaliação da Base de Remuneração deverá ser realizada pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado (SFF) até 31 de dezembro do ano anterior à aplicação das Revisões Periódicas das receitas das transmissoras.

Portaria Aneel nº 6.880/2024

Em 9 de fevereiro, foi publicada a Portaria nº 6.880/2024 da Aneel, criando a Comissão de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (CI-SEI!), responsável pela organização e gestão dos trabalhos voltados à implantação desse sistema no âmbito da Agência.

A CI-SEI! tem diversas atribuições, incluindo a designação e alteração da equipe de implementação do SEI!, solicitação de participação de Unidades Organizacionais da Aneel e liderança na elaboração, aprovação, execução e acompanhamento de planos de comunicação e capacitação. Decisões

além das competências designadas à Comissão devem ser encaminhadas à Diretoria Colegiada para deliberação.

A composição da CI-SEI! se dará por representantes (titular e suplente) da Gestão de Documentos, Gestão de Processos e da Gestão de Informação. O coordenador da CI-SEI! será responsável por estabelecer a agenda e convocação de reuniões; zelar pela execução de deliberações da Diretoria; coordenar a elaboração dos relatórios de atividades; encaminhar proposição ou parecer resultante de suas atividades à Diretoria; manter atualizado o repositório de informações da Comissão na rede interna e na intranet; dentre outros.

A CI-SEI! terá vigência de 36 meses, a ser prorrogada ou reduzida a critério da Diretoria.

2 Procedimentos de Participação Pública

Em fevereiro, estiveram abertas para contribuições uma Consulta Pública (CP) do Ministério de Minas e Energia (MME), bem como quatro CPs e quatro Tomadas de Subsídios (TS) da Aneel, conforme a seguir:

CP MME nº **159/2024**

Proposta de procedimentos para a requisição de enquadramento de projetos de minigeração distribuída no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), nos termos do art. 28, parágrafo único, do Marco Legal da Micro e Minigeração Distribuída (Lei nº 14.300/2022). O período de contribuição se encerrou em **16 de fevereiro**.

CP Aneel nº **002/2024**

Proposta de alteração aos Procedimentos de Rede, apresentada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e às Regras e Procedimentos de Comercialização, apresentada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referentes às alterações introduzidas pela Resolução Normativa (REN) nº 1.062/2023. O período de contribuição é até **18 de março**.

CP Aneel nº
003/2024

Proposta de regulamentação do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio da REN nº 1.000/2021 e de aprimoramento deste regulamento para tratar da inversão de fluxo de potência e de outros temas atinentes à geração distribuída. O período de contribuição se encerrou em **23 de fevereiro**.

CP Aneel nº
004/2024

Proposta de aprimoramento do Edital do Leilão nº 2/2024-ANEEL (Leilão de Transmissão), referente à contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica. O período de contribuição é até **8 de abril**.

CP Aneel nº
005/2024

Proposta de alteração às Resoluções Normativas nº 957/2021 e nº 1.009/2022 e de novas versões dos Módulos 11 e 13 das Regras de Comercialização e Submódulos 1.3 e 1.7 dos Procedimentos de Comercialização. O período de contribuição é até **18 de março**.

TS Aneel nº
013/2023

Proposta de aprimoramento regulatório referente à análise de projeto básico e de estudos pré-operacionais, de que tratam os Submódulos 7.3 – Responsabilidades, 7.3 – Procedimental, 7.4 – Responsabilidades, 7.4 – Operacional, 7.13 – Procedimental e 7.15 – Procedimental dos Procedimentos de Rede. O período de contribuição se encerrou em **1º de fevereiro**.

TS Aneel nº
002/2024

Avaliação da necessidade de intervenção regulatória associada ao aumento da resiliência dos sistemas de distribuição e transmissão a eventos climáticos extremos. O período de contribuição é até **25 de março**.

TS Aneel nº
003/2024

Proposta de aprimoramento dos Submódulos 1.2 – Procedimental, Submódulos 7.1 – Procedimental e Responsabilidades, Submódulos 8.1 – Procedimental e Responsabilidades e Submódulos 8.3 – Procedimental e Responsabilidades, dos Procedimentos de Rede, referentes às alterações introduzidas pela REN nº 1.069/2023. O período de contribuição é até **14 de março**.

Avaliação dos benefícios de (i) definir padrão de relatório de expurgos em situação de emergência, a ser elaborado pelas distribuidoras de energia elétrica; e (ii) revisar a modelagem dos dados sobre interrupções e ocorrências emergenciais, recebidos mensalmente pela Aneel. O período de contribuição é até **20 de março**.

3 Decisões da Aneel e do TCU

Processo TC 031.988/2023-7

A decisão prolatada na sessão ordinária do Plenário do TCU realizada em 28 de fevereiro, por meio do Acórdão nº 306/2024, trata de Representação do Ministério Público, apresentada pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, com a finalidade de que sejam examinadas as origens da perturbação no Sistema Interligado Nacional (SIN) ocorrida no dia 15 de agosto de 2023, a fim de investigar possíveis irregularidades que contribuíram para o blecaute resultante desse incidente, e, se necessário, avaliar os danos causados e a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

O voto do ministro Antonio Anastasia se pautou nas conclusões da Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear, alcançadas através da instrução detalhada do tema.

Nesse sentido, foi destacado que, conforme o Relatório de Análise da Perturbação emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 18 de outubro de 2023, a perturbação teve início às 8:30 do dia 15 de agosto, devido ao desligamento automático da LT 500 kV Quixadá-Fortaleza II, provocado pela ativação do sistema de proteção da linha, sem a ocorrência de um curto-circuito no sistema elétrico, indicando que o sistema de proteção atuou quando não deveria tê-lo feito. Contudo, esse não foi a principal razão para a magnitude da perturbação, considerando que o SIN é projetado para operar, pelo menos, conforme o critério de segurança N-1.

A principal razão atribuída ao evento foi o desempenho insatisfatório dos dispositivos de controle de tensão em vários parques eólicos e usinas

fotovoltaicas. Esses dispositivos deveriam, automaticamente, compensar a queda de tensão resultante da abertura da linha de transmissão. No entanto, durante o incidente, seu desempenho não atendeu à previsão feita pelo ONS, baseada nos modelos matemáticos fornecidos pelos próprios agentes de geração.

Ainda, foram identificadas falhas no autorrestabelecimento do sistema de algumas geradoras, no funcionamento dos serviços auxiliares de alguns agentes, na comunicação entre concessionárias e o ONS e na retomada de cargas por algumas distribuidoras.

Em decorrência disso, o ONS tomou algumas providências para solucionar a questão e dar mais confiabilidade ao SIN. Além disso, estão sendo realizadas ações para melhorar o processo de comissionamento das usinas eólicas e solares, visando evitar novas perturbações. Destacam-se, entre essas ações, a proposta de revisão dos Submódulos dos Procedimentos de Rede relacionados ao tema e a disponibilização de um guia para validação dos modelos matemáticos aos agentes.

Por sua vez, o MME está buscando subsídios para o aperfeiçoamento regulatório do tema por meio de consulta pública, com vistas a elaborar uma proposta de Portaria Normativa que definirá diretrizes para lidar com situações emergenciais de restrição temporária – ou iminente – de fornecimento de energia elétrica no Sistema Elétrico Brasileiro, relacionadas a ações específicas deliberadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Enquanto isso, a Aneel iniciou um processo de fiscalização junto ao ONS para investigar a perturbação ocorrida no SIN, visando identificar falhas na atuação do Operador e adotar medidas para prevenir sua recorrência.

Como evidenciado, o MME, a Aneel e o ONS estão tomando medidas para evitar a repetição de blecautes, contudo, considerando que a implementação de diversas medidas propostas para melhorar a confiabilidade energética do SIN em resposta à perturbação não é imediata, é necessário o aprofundamento do tema.

Assim, a Representação tem o objetivo de verificar se a Aneel e o ONS atuaram de forma a apurar devidamente as falhas cometidas pelos agentes e as consequências decorrentes dessas constatações, inclusive com a redução de valores a serem pagos ou eventual aplicação de penalidades em razão das falhas cometidas durante o blecaute. Por essa razão, foi proposta a realização de inspeção no MME, na Aneel e no ONS, com a posterior prestação de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para aumentar a segurança do SIN após o incidente, a fim de monitorar e avaliar sua eficácia.

Com isso, o ministro relator concluiu que, diante da relevância da matéria, é cabível o prosseguimento do trabalho, através da realização da inspeção sugerida pela Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear. Tal entendimento foi seguido por todos os ministros do TCU.

4 Notícias

Governo pede apoio do Congresso para aprovar projetos de lei da eólica *offshore*, combustível, hidrogênio e transição

No dia 5 de fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou uma mensagem ao Congresso Nacional solicitando apoio para melhorar o ambiente regulatório no Brasil, com foco em reformas administrativas, incluindo medidas estratégicas para o setor energético. Essas reformas foram abordadas durante a abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura. Dos 11 temas destacados, quatro são exclusivos para o setor energético: eólica *offshore*, Combustível do Futuro, transição energética e hidrogênio de baixo carbono. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado expressaram o compromisso das Casas em aprovar esses projetos, considerados importantes para a Agenda Verde e para a promoção da transição energética.

Para as eólicas *offshore*, o presidente mencionou o Projeto de Lei (PL) nº 11.247/2021, que visa regulamentar essa fonte de energia no Brasil, destacando seu potencial para impulsionar a economia e promover a neointustrialização. O Combustível do Futuro também foi abordado, com o



PL nº 4.516/2023, que propõe medidas inovadoras para transformar a matriz energética de transportes, alinhando o Brasil com tendências globais de descarbonização. Outro projeto, previsto no PL nº 5.174/2023, denominado Paten, busca acelerar a transição energética e mitigar os impactos ambientais, concentrando-se em tecnologias inovadoras e combustíveis renováveis.

Além disso, o governo destacou projetos relacionados ao hidrogênio de baixo carbono, visando consolidar o país como protagonista na transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis. O presidente também mencionou o Novo PAC, um plano de investimentos em infraestrutura que busca impulsionar a economia brasileira, incluindo obras rodoviárias, ferroviárias, de geração e transmissão de energia, além de melhorias imediatas na saúde, educação e habitação.

Fonte: MegaWhat

O impacto da sentença da arbitragem entre Aneel e a concessionária do Linhão do Tucuruí

A disputa entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Transnorte Energia (TNE) sobre a Receita Anual Permitida (RAP) para a linha de transmissão Manaus-Boa Vista se aproxima de uma resolução. Uma sentença parcial da arbitragem indica que a RAP ficará abaixo dos R\$ 501 milhões solicitados pela TNE, contudo a determinação do valor exato a ser pago à empresa depende de uma sentença final, prevista para este ano.

A disputa começou devido a atrasos no projeto, que deveria ter sido concluído em 2015, mas sofreu problemas no licenciamento ambiental.

A sentença parcial rejeitou alguns pedidos da TNE, como a mudança do índice de atualização da receita e a questão do alteamento das torres de transmissão, mas aceitou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro relacionado a custos na terra indígena. A TNE defende uma RAP de R\$ 395,6 milhões, a valores de 2019, enquanto a Aneel propõe R\$ 329 milhões, a valores de 2021, ambos devem ser corrigidos pelo IPCA e pagos por 17 anos e meio, que correspondem ao tempo restante do contrato original.

As obras desse empreendimento foram retomadas em outubro de 2022, após acordo judicial para encerrar ações civis públicas relacionadas às licenças ambientais. Dessa forma, o projeto está previsto para ser concluído em 2025 e o Ministério de Minas e Energia (MME) espera que sua entrada em operação ajude a reduzir os custos de energia para os consumidores e diminua a dependência de combustíveis fósseis em Boa Vista.

Por fim, um acordo de acionistas entre Eletrobras e Alupar prevê que a Eletrobras aumente sua participação na concessionária gradualmente, com opção de compra do empreendimento após a entrada em operação.

Fonte: MegaWhat

Governo lança programa de proteção cambial para projetos de transição energética

O Ministério da Fazenda e instituições financeiras, como o Banco Central do Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), lançaram o Eco Invest Brasil, um programa que faz parte do Plano de Transformação Ecológica. O objetivo é disponibilizar R\$ 27 bilhões para incentivar investimentos privados em projetos de transição sustentável. Os recursos serão fornecidos pelo BID e utilizados para contratar instrumentos de proteção cambial no exterior, repassando-os ao Brasil através do Banco Central, para incentivar investimentos verdes no país e superar barreiras associadas à volatilidade cambial.



O programa visa operações no mercado de capitais para empresas e investidores brasileiros captarem recursos no exterior, apoiando projetos alinhados ao plano de transição energética. Ele oferecerá proteção cambial específica para projetos ecológicos, cobrindo prejuízos em caso de desvalorização do real, garantindo, assim, a proteção do investidor. Nesse sentido, o BID atuará como intermediário na contratação de hedge, e o Banco Central conectará o BID aos investidores e projetos no Brasil.

Para que o programa entre em vigor, será necessária uma Medida Provisória (MP) autorizando o Banco Central a realizar operações para viabilizar as soluções de proteção cambial, além de estabelecer mecanismos de transparência e governança. O Ministério da Fazenda será responsável por regulamentar a linha de crédito, definir processos de alocação de recursos e elaborar relatórios de alocação.

O programa também inclui parcerias internacionais, como a assinatura de um memorando de entendimento entre os Ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, e entre o Banco Central do Brasil e o BM, apoiado pelo Reino Unido. A iniciativa visa alocar recursos para combater os efeitos das mudanças climáticas e promover a descarbonização da economia brasileira.

Fonte: MegaWhat

Maioria dos estados brasileiros tem iniciativas de transição energética, indica MME

O Ministério de Minas e Energia (MME) revelou que 15 estados brasileiros estão desenvolvendo políticas ou programas de transição energética, conforme informou Thiago Barral, secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME. Esse levantamento faz parte das discussões para a estruturação da Política Nacional de Transição Energética, que estará alinhada ao Plano Clima e à Nova Indústria Brasil.

O objetivo é compreender as iniciativas em nível estadual para melhor elaborar a política federal, considerando a diversidade de condições, oportunidades e desafios em cada região. Os estados estão adotando programas que abrangem várias tecnologias para reduzir as emissões de carbono. Barral participou de um evento no Rio de Janeiro para discutir a Política Estadual de Transição Energética, destacando a importância da integração das estratégias estaduais com a nacional.

O estado do Rio de Janeiro, em particular, enfrenta desafios e oportunidades significativas devido à sua relevância no setor energético, com a produção de energia através de diversas fontes, como petróleo, gás, energia nuclear, eólica e solar. A transição energética no estado precisa considerar a segurança jurídica e aproveitar o potencial da economia do mar, bem como a experiência com gás natural e gás natural veicular. A indústria defende um planejamento perene e mistura de tecnologias para reduzir as emissões, enfatizando a importância da viabilidade econômica das iniciativas.

Fonte: epbr

Fusões e aquisições em energias renováveis somam R\$ 50 bilhões em dez anos no Brasil

Um estudo da *Clean Energy Latin America* revelou que as fusões e aquisições no setor de energias renováveis no Brasil somaram cerca de R\$ 50 bilhões nos últimos dez anos. O relatório analisou mais de 190 transações de empresas e projetos de energia solar fotovoltaica e eólica, totalizando mais de 50 GW de capacidade transacionada entre 2014 e 2023.



De acordo com o relatório, houve um aumento significativo tanto no número de transações quanto na capacidade total transacionada ao longo dos anos, especialmente devido ao crescimento dos acordos na geração distribuída após a sanção do Marco Legal da Geração Distribuída em 2022. Os projetos de grande porte, especialmente os de energia eólica, apresentaram os valores mais expressivos devido à sua potência instalada.

Fonte: Valor Econômico

Diretrizes para contratos de distribuidoras devem sair em 30 dias, diz ministro

O Ministério de Minas e Energia (MME) planeja apresentar, ainda no mês de março, um decreto com as diretrizes para a renovação das concessões das distribuidoras de energia. O ministro Alexandre Silveira afirmou que o processo seguirá orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), que deu autorização para o ministério definir as regras para a prorrogação dos contratos das 20 distribuidoras com vencimento até 2031. Silveira ressaltou que apesar das críticas aos contratos atuais, a renovação será discutida de forma técnica e que o pagamento pela outorga está descartado para não afetar as tarifas dos consumidores.

Fonte: Canal Energia

Novo projeto de lei prevê venda de excedente da MMGD

O deputado federal Merlong Solano (PT) propôs um Projeto de Lei (PL) na Câmara dos Deputados que permite a comercialização do excedente de energia não compensada por unidades consumidoras com micro e minigeração distribuída. Ele argumenta que essa medida fortalecerá o mercado de energia renovável, especialmente a solar, e proporcionará mais segurança e atratividade aos projetos de geração distribuída. Solano ressalta que essa iniciativa pode impulsionar o setor, incentivando investimentos em energias limpas e oferecendo aos consumidores uma maneira mais eficiente e lucrativa de gerenciar seus recursos energéticos.

Fonte: MegaWhat

Aneel libera edital do 1º leilão de linhas de transmissão de energia de 2024

A Aneel anunciou a liberação do edital para o 1º Leilão de Transmissão de energia de 2024, previsto para 28 de março. Os 15 lotes de projetos representam um investimento de R\$ 18,2 bilhões e abrangem 14 estados, gerando cerca de 34,5 mil empregos, além de totalizarem 6.464 km de extensão de rede básica. As novas redes de alta tensão visam escoar a energia renovável de projetos de geração eólica e solar no Nordeste.

Destaca-se que alguns lotes estão condicionados à negociação de outros projetos, como o Lote 12, que está condicionado à negociação do Lote 1, bem como os Lotes 14 e 15, que dependem da prévia negociação do Lote 6. Por fim, a assinatura dos contratos pelos vencedores está programada para 28 de junho.

Fonte: Valor Econômico

Agenda ESG: Transição energética ganha maturidade em 2024 e mostra que não se trata de troca de lâmpadas

Empresas brasileiras estão respondendo à pressão regulatória e do mercado sobre questões climáticas, adotando planos de descarbonização e investindo em energia renovável. Pesquisas mostram que a mudança



climática está entre as prioridades da alta administração e dos conselhos de administração das empresas. Nesse sentido, o investimento global em transição energética aumentou para US\$ 1,77 trilhão em 2023, refletindo um interesse crescente no setor.

No entanto, especialistas alertam que mais investimentos são necessários para atingir as metas do Acordo de Paris. O Brasil, com sua matriz energética relativamente limpa e potencial para energia verde, tem atraído investimentos significativos, de forma que as projeções indicam um crescimento substancial em energias renováveis até 2040, com custos decrescentes impulsionando o setor. Além disso, o país está explorando outras fontes de energia sustentável, como biocombustíveis e hidrogênio verde. No entanto, desafios regulatórios e questões ambientais continuam a ser abordados para garantir uma transição suave para uma economia mais verde.

Ainda, é apontada uma forte tendência de investimentos em matérias-primas vegetais para geração de energia elétrica e térmica em 2024. O etanol é destacado como uma fonte significativa para carros híbridos e como insumo para combustíveis sustentáveis, como o SAF.

Além disso, estima-se que o aumento na produção de biocombustíveis possa reduzir significativamente as emissões de dióxido de carbono até 2030. A produção de biocombustíveis de segunda geração, principalmente a partir de resíduos, é vista como uma oportunidade promissora e a geração

de gás a partir de lixo urbano não reciclável é colocada como uma fonte potencialmente significativa de energia verde.

Nessa perspectiva, a política de promoção de biocombustíveis é considerada um diferencial competitivo do Brasil na economia verde, mas são necessárias regulamentações adicionais para liberar mais investimentos, incluindo uma taxonomia verde e considerações sobre a produção de alimentos versus biocombustíveis. O hidrogênio verde também pode receber um impulso significativo com a aprovação de um *framework* regulatório específico. Para o atingimento das metas de descarbonização, o governo brasileiro está demonstrando um foco crescente em políticas e incentivos, incluindo programas como o Novo PAC e a Nova Indústria Brasil.

Fonte: Valor Econômico

Setor cobra articulação com estados e municípios em eventos extremos

Participantes de um debate promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discutiram a necessidade de coordenação entre os órgãos do setor, concessionárias e governos locais para lidar com os impactos dos eventos climáticos extremos nas redes de energia. Durante o evento, foi ressaltada a importância da governança e da participação dos entes federados diante desses fenômenos.

Desde junho de 2023, o setor enfrentou cinco eventos climáticos graves nas regiões Sul e Sudeste, resultando em interrupções no fornecimento de energia para milhões de consumidores. Nesse contexto, o debate destacou a necessidade de uma abordagem integrada para lidar com esses desafios, envolvendo distribuidoras, agências reguladoras, ministérios e governos estaduais e municipais. Os participantes também discutiram os desafios enfrentados pelo setor de transmissão de energia, como a necessidade de adaptação aos ventos cada vez mais intensos e aprimoramento das estruturas para enfrentar essas condições climáticas adversas.

Fonte: Canal Energia



Aneel divulga calendário de acionamento das bandeiras tarifárias em 2024

No dia 8 de fevereiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou o calendário para divulgação das bandeiras tarifárias, baseado na análise das condições de geração de energia no país. O sistema de bandeiras tarifárias foi desenvolvido pela Aneel para refletir o custo real da energia produzida, e, em fevereiro de 2024, a bandeira em vigor é a verde, indicando condições favoráveis de geração há 22 meses consecutivos.

O calendário previsto de divulgação de bandeiras tarifárias pode ser verificado abaixo:

Mês	data	Mês	data
Fevereiro	06/01/2024	Agosto	26/07/2024
Março	23/02/2024	Setembro	30/08/2024
Abril	28/03/2024	Outubro	27/09/2024
Maiο	26/04/2024	Novembro	25/10/2024
Junho	29/05/2024	Dezembro	29/11/2024
Julho	28/06/2024	Janeiro	27/12/2024

Fonte: Aneel

Governo pretende lançar fundo de R\$ 1 bi para minerais voltados à transição energética

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério de Minas e Energia (MME) planejam lançar, no começo de março, um fundo de investimento em participações (FIP) de até R\$ 1 bilhão. Este fundo será direcionado para projetos de minerais considerados estratégicos para a transição energética, descarbonização e produção sustentável de alimentos no Brasil. Cerca de 25% dos recursos virão do banco, enquanto o restante será aportado por investidores nacionais e internacionais.

O objetivo é financiar 15 a 20 empresas júnior e de médio porte que estejam alinhadas com a tese de investimentos do FIP, visando facilitar sua entrada no mercado e promover uma atividade mais sustentável. O fundo também visa incentivar práticas de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (ESG) e minimizar impactos ambientais, priorizando minerais como cobalto, cobre, estanho, grafita, lítio, entre outros.

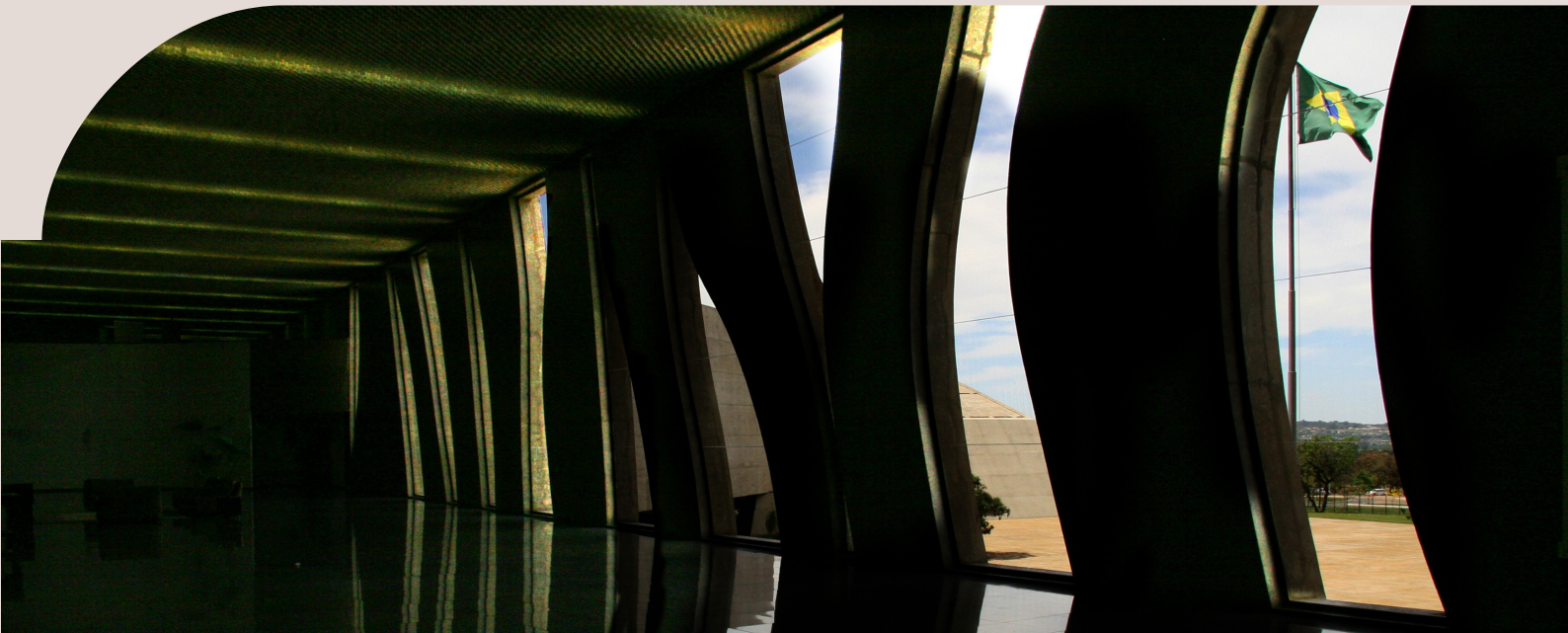
Fonte: MegaWhat

Governo cria grupo de trabalho para discutir desestatizações recentes do setor elétrico

A Secretaria-Geral da Presidência da República formou um grupo de trabalho técnico para coletar e organizar sugestões da sociedade civil sobre as recentes privatizações no setor elétrico. O grupo incluirá representantes indicados pelo Ministro da Secretaria-Geral e terá a participação de órgãos públicos, organizações sociais e especialistas, que devem se reunir semanalmente em caráter ordinário. Seu relatório final será enviado ao Ministro da Secretaria-Geral dentro de 120 dias.

Enquanto isso, a desestatização da Eletrobras tem sido alvo de críticas e debates, uma vez que foi realizada na modalidade de aumento do capital social, através da emissão inicial de ações ordinárias, nas quais a União abriu mão do seu direito de subscrever as ações - ou seja, ela não pôde comprar as ações emitidas naquele momento.

Fonte: MegaWhat



STJ adia para 13 de março votação sobre incidência de ICMS sobre tarifas de energia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a votação do Tema 986, sobre a incidência do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre as tarifas de uso dos sistemas de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) de energia elétrica. A temática será novamente abordada durante a sessão do dia 13 de março, que julgará recursos repetitivos e se iniciará com a leitura do voto do relator, ministro Herman Benjamin.

O tema foi transferido para o STJ após o STF considerá-lo infraconstitucional. Apesar de uma mudança na lei em 2022, a maioria dos estados continuou a cobrança. Destaca-se que a controvérsia afeta o custo da energia e a inflação, com estimativas de perda de arrecadação para os estados e aumento de preços para os consumidores.

Fonte: Broadcast

Considerações Finais

Destacamos que todos os temas foram comentados a partir de uma perspectiva ampla, sendo importante examinar eventuais reflexos específicos e práticos às atividades de cada empresa.

O *Time de Energia* do **Rolim Goulart Cardoso** seguirá acompanhando os temas que influenciam o setor elétrico brasileiro e ficará à disposição para quaisquer informações. Caso queira, entre em contato pelo e-mail energia@rolim.com



Informes Regulatórios | Fevereiro de 2024

Aneel abre Consulta Pública para tratar do Programa Minha Casa, Minha Vida, da inversão de fluxo e outros temas de geração distribuída

Boletim Energia: Regulação e Sustentabilidade. Janeiro 2024

Boletim Telecom. Janeiro 2024

Equipe Responsável



Maria João Rolim
m.j.rolim@rolim.com



Vitor Mello
v.mello@rolim.com



Elise Calixto
e.souza@rolim.com



Caio Alves
c.jose@rolim.com



Vivian Oliveira
v.oliveira@rolim.com



Bernardo Ferreira
b.g.silva@rolim.com



Carolina Germano
c.germano@rolim.com



Helena Yacoub
h.yacoub@rolim.com



Flávia Sarmanho
f.sarmanho@rolim.com

São Paulo
+55 (11) 3723-7300

Rio de Janeiro
+55 (21) 3543-1800

Belo Horizonte
+55 (31) 2104-2800

Brasília
+55 (61) 3424-4400

Düsseldorf
+(490) 211 688 519 26

Lisboa
+(351) 21 587 41 40